

“MANTER O FECHAMENTO FOI MELHOR”

Mesmo com o decreto municipal que autorizava a reabertura de bares e restaurantes na capital, alguns empresários do segmento não retomaram os atendimentos presenciais e mantiveram as portas fechadas. Baseados em números e na velha e infalível “intuição”, os donos desses estabelecimentos já previam um revés da medida, e ela veio. No último dia 25 de junho, as portas tiveram que ser fechadas após novo decreto e a decisão de não ter aberto foi avaliada como assertiva pelos empresários

PÁG. 3

VAGA DE UTI: QUEM IRÁ OCUPAR?



José Medeiros/GCOM MT

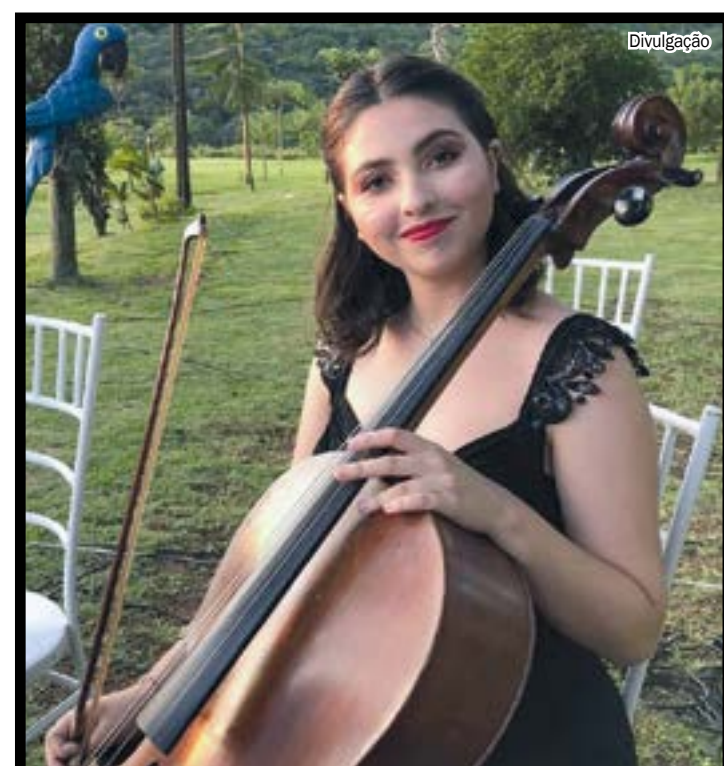
Profissionais de saúde pública de Cuiabá já se veem diante da difícil escolha para definir quem será encaminhado a uma UTI e quem ficará na fila de espera por mais algum tempo. Com o rápido aumento do número de pacientes infectados pelo novo coronavírus precisando de um leito, a situação tem se intensificado na capital mato-grossense e já se assemelha à realidade vivida por outras regiões e países mais desenvolvidos, como a Itália

PÁG. 5

Universidades tentam anular lei do desconto

A Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a Lei mato-grossense 11.150, que obriga as instituições particulares de ensino a conceder desconto durante o período de pandemia. A ação é do tipo Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). O caso está sob a relatoria da ministra Rosa Weber

PÁG. 4



Divulgação

DO ROCK À MÚSICA CLÁSSICA
NA INTERPRETAÇÃO DE
MÚSICOS DE MATO GROSSO

PÁG. 6

Reforma da Previdência só em agosto

PÁG. 4

PROFESSORA DA UFMT É
ENCONTRADA MORTA COM
CORTE NA CABEÇA

PÁG. 5

COMUNICADO

O Jornal Estadão Mato Grosso informa que passará a circular em versão reduzida em sua edição impressa, devido à pandemia do novo coronavírus e seus reflexos na importação de matéria-prima. Essa medida busca garantir que conseguiremos continuar a entregar diariamente as informações mais importantes sobre este e outros fatos. Tão logo a situação se regularize, voltaremos às atividades normais. Acesse nosso site e mantenha-se informado sobre tudo o que acontece em Mato Grosso.



Leia a versão digital do
Estadão Mato Grosso
no seu celular pelo
QR Code ao lado!



EDITORIAL

Respaldo federal

Enquanto as projeções para a economia nacional continuam negativas, com previsão de queda de 6,1% no Produto Interno Bruto (PIB), o agronegócio acelera na contramão da crise. A combinação de uma excelente safra de grãos com os bons preços internacionais para as commodities agrícolas deve resultar e um aumento de 8,8% no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), que sairá dos R\$ 658,8 bilhões registrados em 2019 para R\$ 716,6 bilhões neste ano. A estimativa foi feita pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As lavouras são um capítulo à parte: seu valor deve crescer 11,6%.

Esses números demonstram a força da agropecuária e sua importância para a economia brasileira. Valor esse que é ressaltado pelo fato de que o agronegócio foi o único setor da economia com saldo positivo de vagas de emprego no mês de maio, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). É um dos pilares que irá sustentar a retomada da economia brasileira após a crise da pandemia. Mas para isso precisa receber o respaldo do governo federal, tanto no que tange à formulação de políticas públicas quanto na representação diante dos mercados internacionais.

A 'galinha dos ovos de ouro' é também um dos setores mais pressionados diante da urgente necessidade de preservação ambiental, um tema que ganhou ainda mais força em meio à pandemia de covid-19. É essencial que o governo federal demonstre aos nossos clientes que o agronegócio brasileiro não precisa desmatar para

produzir cada vez mais. E que aqui se preserva muito mais do que nos países que até então lideravam o mercado. Para isso, precisamos exercitar a diplomacia e deixar de lado o tom belicoso até agora adotado. Nossa economia já está bastante fragilizada da forma como está e não precisa de mais problemas.

Mato Grosso é o líder nacional do agronegócio e toda nossa economia tem como base as divisas que são geradas pela exportação de grãos e algodão. As decisões e falas atrapalhadas emitidas pelo chefe da Nação e seus colaboradores causam muito mais impacto aqui do que no Sudeste, pois colocam em risco nossa principal atividade econômica. Em 2019, coube ao governador de Mato Grosso conduzir um movimento paralelo para demonstrar que nossos produtores têm compromisso com a preservação. Agora, espera-se que nosso presidente tenha aprendido a lição, graças aos conselhos de seus ministros, e adote uma postura diferente. Até agora, ainda não é possível dizer que isso aconteceu. Contudo, traz certo alívio o fato de finalmente o governo ter emitido um decreto para proibir as queimadas durante os próximos três meses.

A competitividade do agronegócio brasileiro precisa ser acompanhada de um governo que defenda seus interesses e estimule a formação de novas parcerias comerciais. Para isso, não dá para remar contra a corrente. Se a preocupação mundial é preservação ambiental, então mostremos aos investidores que fazemos nossa parte. O momento pede menos ideologia e mais ação.

Os conselhos profissionais

Caubi Kuhn (*)

Os conselhos profissionais foram criados para fazer o papel de normatizar e fiscalizar as profissões, ou seja, acabam assumindo uma espécie de função legislativa e judiciária dentro de sua jurisdição.

O objetivo maior destas instituições é a defesa da sociedade contra os maus profissionais e contra a atuação de leigos em áreas que requerem um acompanhamento especializado.

Os primeiros conselhos foram criados no início da década de 1930, de lá para cá, muitos outros surgiram. Precisamos entender a importância destas instituições, porém, também é necessário discutir a pulverização de novos conselhos e sobre a guerra de atribuições.

Se não existissem conselhos, muitos dos assuntos lá tratados seriam discutidos no Judiciário, tornando os processos mais lentos e até mesmo com decisões menos precisas, uma vez que a análise não seria realizada por profissionais com conhecimento aprofundado sobre o tema técnico em discussão. A definição de atribuição profissional provavelmente ficaria a cargo do Legislativo ou de instituições de certificação.

Por fim, não existiria ou ficaria a cargo de outros órgãos a fiscalização do exercício profissional, o recebimento de denúncias e o julgamento dos casos. Os custos para manutenção destas estruturas provavelmente seriam divididos entre toda a sociedade, onerando ainda mais a máquina pública.

É importante essa análise de cenário, pois para entendermos a importância dos conselhos, também precisamos pensar como seria a sociedade sem eles. Os conselhos são o retrato dos profissionais que eles representam, uma vez que as instituições compõem a administração pública indireta,

e a manutenção destas autarquias é feita com recursos pagos pelos próprios profissionais, assim como a eleição dos representantes depende do voto.

Se o conselho está indo mal, talvez uma boa alternativa seria uma participação maior de todos aqueles que ele representa.

Não podemos confundir o conselho com sindicatos ou associações, uma vez que o compromisso do primeiro, pelo menos em tese, não deveria ser com o corporativismo de classe, e sim com a sociedade, enquanto as duas outras instituições citadas, possuem como função a defesa dos profissionais e a luta por mais espaço para as profissões.

Digo isso, pois tem sido cada vez mais comum ver conselhos profissionais, alguns deles com décadas de existência, do nada, querer conceder atribuições só com a "tinta da caneta". Ações como essa, colocam em risco o meio ambiente, o cidadão e o patrimônio seja ela público ou privado.

Outro fato preocupante, é que com a criação de novos conselhos que ocorreu na última década, por algumas vezes, podemos ter até três conselhos fiscalizando uma mesma atividade. Isso com certeza não é bom para ninguém. Um dos desafios existentes é conseguir desenvolver uma atuação conjunta de conselhos, colocando de lado as diferenças e pensando na garantia de segurança jurídica e nos serviços para a sociedade.

O Brasil precisa de menos burocracia e mais resultados e, isso, passa por atuações conscientes, transparentes, responsáveis e claras de todas as instituições.

CAIUBI KUHN é professor da Faculdade de Engenharia – UFMT Campus Várzea Grande.

PUBLICAR
PUBLICAÇÕES, É AQUI!

Suas Publicações Legais é aqui na Publicar

- Atas
- Editais
- Extravios
- Balanços
- Estatutos
- Convocações
- Regulamentos
- Avisos de licitações

65-99228-9990

FIQUE ATENTO!

Notícias falsas compartilhadas pelas redes sociais podem prejudicar a batalha contra o novo coronavírus. O Ministério da Saúde disponibiliza uma página na internet - saude.gov.br/fakenews-coronavirus - para destruir mitos e curas milagrosas. Verifique sempre! Lembre-se: combater o vírus é uma responsabilidade de todos nós.

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

CORONAVÍRUS

Entenda os principais sintomas e como evitar o contágio
Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS)

Sintomas:

- febre
- tosse
- problemas respiratórios

Como ocorre a transmissão:

- toque ou aperto de mão
- tosse e espirro
- saliva
- secreção
- objetos contaminados

Cuidados:

- evitar contato com pessoas doentes
- cobrir nariz e boca ao espirrar
- evitar multidões e aglomerações
- lavar bem as mãos

Os sintomas podem aparecer de **2 a 14** dias

ainda não há vacina para o coronavírus

APOIO: **Jornal ESTADÃO** Mato Grosso

Duas guerras na pandemia

Melanie de Carvalho Tonsic (*)

A casa deveria ser o porto seguro da mulher, sobretudo nessa época de pandemia, mas não é. Segundo os dados publicados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, através da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, aumentaram 35% em abril deste ano as denúncias de violência contra a mulher em relação ao mesmo período no ano passado.

Aliás, 80% dos agressores que cometem a violência doméstica são companheiros ou ex-companheiros, com quem convive diariamente, e ainda, a grande maioria dos casos ocorre dentro da própria casa. É alarmante, mas a cada 2 horas uma mulher morre, a cada 9 minutos uma mulher é estuprada e a cada 2 minutos ocorre uma agressão conforme previsto na Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006.

Em relatório produzido a pedido do Banco Mundial, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública destaca que os casos de feminicídio subiram de 117 para 143 nos meses de março e abril em 12 estados do país. A entidade ainda publicou registros confirmando que, mesmo com o aumento de relatos, as mulheres estão registrando menos boletins de ocorrência.

Necessário frisar que o aumento de agressões com o isolamento social não atinge somente as mulheres, mas também outros grupos, como idosos, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes. Uma parceria entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério da Cidadania de Osmar Terra resultou em uma campanha de conscientização e enfrentamento à violência doméstica e tem como mote a frase "DENUNCIE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – PARA ALGUMAS FAMÍLIAS, O ISOLAMENTO ESTÁ SENDO AINDA MAIS DIFÍCIL".

A referida campanha foi motivada após ser observado o aumento das denúncias pelo 180, e uma redução de 18% nas denúncias de violência contra crianças pelo Disque 100, o que gera preocupação, em razão de que a maioria das violências contra crianças é denunciada por creches ou escolas, e infelizmente as crianças estão muito vulneráveis nesta pandemia, afinal elas não ligam, não falam, não denunciam e não utilizam aplicativo, situação equivalente aos idosos.

O aumento de violência no confinamento não é um problema somente do Brasil. Na Itália registrou-se um aumento de 161,71% nas denúncias telefônicas entre os dias 1º e 18 de abril, na Argentina o canal de de-

núncias Linha 144 teve um aumento de 30% na segunda quinzena de março, a França teve aumento de 32%, a Espanha aumento de 13%, enfim, a Europa toda teve um aumento de casos de violência doméstica neste período de isolamento social.

Injustificadas tais agressões, porém, se observa que o aumento em período de confinamento se dá em razão da vulnerabilidade das vítimas em relação aos seus agressores, que diante do isolamento social passam mais tempo com as vítimas. A rotina, a falta de liberdade para sair de casa e a presença constante dos agressores, aumenta a dificuldade de buscar ajuda. Elas se sentem com menos acesso a apoio.

No entanto, estão sendo realizadas várias campanhas com intuito de socorrer essas vítimas de violência doméstica. O Conselho Nacional de Justiça publicou a campanha "Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica", orientando mulheres e outros grupos que enfrentam ou vivenciam uma situação de violência doméstica a desenharem um "X" vermelho na palma da mão e mostrá-lo para alguma pessoa. Várias farmácias aderiram à campanha ampliando a possibilidade de ajuda, ocasião em que os atendentes, ao avistarem alguém com a referida marca, entram em contato imediato com a polícia pelo 190.

O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos disponibilizou um novo site de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, e um aplicativo chamado "DIREITOS HUMANOS BRASIL" disponível para Androide e iOS para ajudar as vítimas de violência doméstica a denunciar seus agressores em qualquer lugar do Brasil, ambos com ferramenta via chat e podendo compartilhar anexos (fotos, vídeos, textos etc.).

Possui, ainda, os meios convencionais através da Central de Atendimento à Mulher em situação de violência 180; Canal Geral de denúncias de violações de direitos humanos 100 e Polícia Militar 190.

Afinal, em briga de família SE METE A COLHER SIM! Denuncie!

MELANIE CARVALHO TONSIK - Advogada. Mestranda em Métodos Adequados de Resolução de Conflitos e Mediação pela Universidade Europeia del Atlântico. Negociadora pela Universidade de Harvard. Especialista em Gestão de Conflitos. Mediadora. Arbitralista. Palestrante. Consultora. Profissional Self Coach e Coach Ericksoniana. Fundadora e Presidente da ACORDIA Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem. Membro da Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB-MT.

ESCOLHEU ESPERAR

Portas se mantiveram fechadas

Comerciantes da capital que escolheram não reabrir estabelecimentos, mesmo após autorização, ressaltam que decisão foi assertiva

Priscilla Silva

Na lista de protocolos de biossegurança para a reabertura dos bares e restaurantes no dia 9 de junho, em Cuiabá, estavam; o aumento do distanciamento entre mesas, limitação de público e álcool em gel. Na época a série de medidas para proteger a saúde dos trabalhadores e clientes não convenceu todos os empresários do setor. Diante de uma realidade de aumento de casos de covid-19, necessidade de novas adequações dos espaços, alguns empresários optaram por não reabrir.

O decreto municipal, que autorizava a reabertura de bares e restaurantes na capital, não foi suficiente para fazer com que alguns empresários do segmento retomassem o atendimento presencial. Baseados em números, os donos desses estabelecimentos já previam um revés da medida.

“A decisão foi tomada em um mix de intuição

e de dados consistentes. Sabíamos que tinha um risco grande de dar errado [reabertura] e que não seria por muito tempo. Acompanhamos de perto os números de casos em Mato Grosso e eles estavam crescendo exponencialmente nas últimas semanas antes da autorização, e achei bem ilógico e suicida uma reabertura”, recorda Alexandre Cervi, da casa cultural e restaurante Metade Cheio.

A previsão do empresário foi confirmada duas semanas depois e frustrou os planos de quem havia se preparado para receber os clientes.

“Quando abrimos, reabastecemos a cervejaria, investimos em estoque e insumos para reabertura, renegociamos com fornecedores. Com essa notícia de um novo fechamento, tivemos que vender o estoque das bebidas a preço de custo, para poder desligar o freezer e economizar energia. Voltamos a reduzir ao máximo os custos”, recorda Suzana Zingate, gerente de outro estabelecimento na capital.

O novo fechamento começou no dia 25 de junho e ocorreu após uma série de desencontros de decisões entre os poderes executivos no estado. A decisão, sobre o funcionamento das atividades não essenciais e endurecimento do isolamento social



O novo fechamento após uma série de desencontros de decisões ocorreu no dia 25

em Mato Grosso, passou a ser uma atribuição da Justiça Estadual.

Além de poupar recursos com adaptações e cumprimento de regras de biossegurança, quem optou por não abrir evitou ‘dores de cabeça’. “Claro que eu teria um prejuízo se reabrisse, mas também acabamos por evitar um desgaste emocional de ter que reestruturar a casa, a cozinha para o delivery – que necessita de espaço para montagens –, falar

com os profissionais que não precisariam mais vir. Pra mim, como gestor, seria um desgaste muito grande”, pondera Alexandre.

Além da imprevisibilidade de um cenário, os últimos quatro meses de prevalência de distanciamento social trouxe novas lições sobre o consumidor do futuro. “A questão é que você tem que estar conectado com a sua realidade e não só focado em seu comércio. A pandemia

veio e provou isso. É o momento de se pensar no coletivo e não só nas questões individuais de cada comércio, porque não é somente isso que estamos vivendo agora. Esse é o x da questão”, analisa Alexandre.

Novas decisões quanto ao funcionamento e restrições das atividades econômicas na região metropolitana de Cuiabá serão anunciadas pela justiça. Dependendo do resultado, ela não será acompanhada por alguns empresários.

da por alguns empresários.

“Eu não vou abrir enquanto não houver segurança. Já observamos que os hábitos já mudaram, nós já mudamos e há quatro meses trabalhamos com delivery. Agora, vamos esperar ver quais serão as possibilidades de novas mudanças que esse mundo pós-pandêmico vai nos oferecer para poder pôr a cara no mundo novamente”, observa Alexandre.

MESMO NA PANDEMIA

Sedec desenvolve ações para micro e pequenos empresários

Da redação

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso (Sedec), por meio da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento do Ecosistema Empreendedor, vem desenvolvendo ações para a valorização dos comerciantes de Mato Grosso.

Atualmente, em virtude da pandemia, a secretaria aderiu ao atendimento online para facilitar o contato com o seu público, desta forma, não é necessário que ele se desloque até o local. Além disto, por meio da Desenvolve – MT, vinculada à Sedec, os microempreendedores individuais e do trade turístico tiveram acessos a linhas de crédito e os prazos para pagamentos de financiamentos foram prorrogados.

Para o secretário adjunto de Desenvolvimento do Ecosistema Empreendedor, Celso Banazeski, o comerciante é de extrema importância para a população. “Uma grande parcela dos empregos gerados é por meio dos negócios deles, então a secretaria está preparada para auxiliar o setor, pensando em estratégias constantemente”.

Segundo Banazeski, em 2019 as micro e pequenas e empresas foram responsáveis pela geração de 59% dos empregos no Estado. Pensando nos pequenos empreendedores

a Sedec criou o Circuito Empreendedor, projeto que faz parte do programa Pensando Grande para os Pequenos.

“Muitas vezes, o pequeno empreendedor não sabe o que fazer, a quem buscar, como conseguir linhas de créditos, então o programa foi criado principalmente para se levar estas e outras informações, já que o grande comerciante tem mais alternativas”, assegura o secretário.

O artesanato, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estadística (IBGE), é responsável por movimentar cerca de R\$ 50 bilhões por ano no país. Desta forma, as feiras de artesanato acabaram se tornando uma atividade que, além de estimular o comércio das peças, faz com que os artesãos possam conhecer novas culturas e pessoas. A Sedec, por meio da Coordenadoria do Artesanato, estimula e organiza a participação destes profissionais.

Em maio o programa Vem Ser Mais Solidário, do governo de Mato Grosso, foi responsável pela

entrega de mais de 200 cestas básicas para os artesãos cadastrados no Departamento de Artesanato da Secretaria. A carteira Nacional do Artesão está sendo feito de maneira online para aqueles que não residem na região, para o bem-estar destes.

Desta forma, a secretaria vai pensando principalmente nos pequenos comerciantes, estimulando a geração de empregos, desenvolvendo o comércio regional e pensando na sua população.

(Com informações da Assessoria de Imprensa)



61% dos clientes que compraram online durante a quarentena aumentaram o volume de compras devido ao isolamento social

Consumo a distância deve permanecer pós-pandemia

Priscilla Silva

Um estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) mostrou que os brasileiros aumentaram suas compras on-line passaram a usar meios digitais de pagamentos e devem continuar com esses hábitos de compra e consumo no pós-pandemia. Segundo os dados, 61% dos clientes que compraram online durante a quarentena aumentaram o volume de compras devido ao isolamento social.

De acordo com o levantamento, em 46% dos casos esse aumento foi superior a 50%. O destaque foi para a compras de alimentos e bebidas para

consumo imediato, que cresceram 79%. Conforme o estudo Novos Hábitos Digitais em Tempos de Covid-19, que entrevistou mil pessoas em todo o país, a crise do novo coronavírus fez com que a transformação digital do varejo se tornasse prioridade para poder manter os negócios em operação.

“Os consumidores estão cientes do risco de contaminação ao sair de casa e por isso, ainda que saiam às ruas para comprar itens essenciais, têm apresentado um comportamento mais digital, usando apps para compra e pagamento, por exemplo”, analisou o presidente da SBVC, Eduardo Terra em entrevista à EBC Brasil.



Em 2019 as micro e pequenas empresas foram responsáveis pela geração de 59% dos empregos no estado

PREVIDÊNCIA

Recesso joga reforma para agosto

Com o crescimento no número de casos de covid-19 na Assembleia, Botelho decidiu suspender as atividades no Parlamento por 18 dias

Fablicio Rodrigues/ALMT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Gabriel Soares

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM), resolveu suspender todas as sessões – até mesmo extraordinárias –, reuniões e comissões pelo prazo de 18 dias, que vai desta sexta-feira (17) até o dia 3 de agosto. O ato foi publicado nesta quinta-feira (16) e cita como justificativa o avanço da pandemia em Mato Grosso e no próprio Parlamento, que já teve 9 deputados e 38 servidores infectados.

A suspensão das sessões plenárias poderá ser revista em caso de nova deliberação. Uma sessão extraordinária foi marcada para esta quinta-feira (16) com o objetivo de votar os projetos mais urgentes, como o auxílio para os profissionais de saúde que forem infectados pelo coronavírus. Contudo, a votação da reforma da Previdência deve ser adiada para agosto, após o fim do recesso. A informação foi confirmada pelo deputado Valdir Barranco (PT).

“Conversando com o presidente Botelho, [...] ele aceitou deixar a votação



Após 9 deputados e 38 servidores serem infectados, Assembleia decide fechar as portas até agosto

do segundo turno da PEC da Previdência para o início do mês de agosto. Nesse período nós poderemos trabalhar com mais tranquilidade, dialogar com servidores e com o próprio governo”, disse Barranco, em vídeo divulgado nas redes sociais.

Mato Grosso, assim como os demais entes federativos, tem até o dia 31 de julho para adequar seu regime próprio de Previdência às regras estabelecidas na reforma nacional, ou poderá sofrer sanções administrativas do governo federal. Contudo, há uma articulação para que esse prazo seja estendido até 31 de dezembro.

Informações de bastidores apontam que o Mi-

nistério da Economia já teria tomado essa decisão, já que apenas 13 dos 27 entes federativos aprovaram novas regras previdenciárias. Contudo, um anúncio oficial da medida ainda não foi feito.

Além de Mato Grosso, Minas Gerais também decidiu adiar a votação da reforma da Previdência estadual para agosto. Por lá, o governo estadual decidiu pedir mais prazo ao Ministério da Economia para fazer a alteração. Outros estados, como o Rio de Janeiro, também encontram dificuldade para aprovar medidas mais rígidas em meio à pandemia.

Segundo levantamento do Ministério da Economia, 13 estados fizeram a

reforma completa: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo.

Já o aumento da alíquota de contribuição, para a média de 14% exigida pela União, foi aprovado em 20 unidades federativas: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Além da suspensão das sessões e comissões, o atendimento ao público também será interrompi-

do até o dia 31 de julho, uma extensão do recesso parlamentar que já estava previsto para ocorrer entre os dias 17 e 24 deste mês. As atividades de caráter essencial funcionarão em regime de plantão.

Servidores que não estiverem em afastamento médico, férias ou licença deverão trabalhar em regime ‘home office’, precisando ficar acessíveis e disponíveis durante o horário de expediente.

Apenas dois servidores de cada gabinete terão acesso aos locais. Exceção foi feita para a Presidência, Secretaria de Serviços Legislativos, Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora, Núcleos de Comissões Permanentes e Coordenação de Segurança Militar. Nesses locais será autorizada a entrada do efetivo mínimo necessário para manter as atividades.

O limite de servidores também foi aliviado para a Superintendência de Contratos, Convênios e Correlatos e na de Licitação, Supervisão de Saúde e Qualidade de Vida, TV e Rádio Assembleia.

Além de Botelho, que está internado em São Paulo para tratar da covid-19, foram infectados os deputados: Paulo Araújo (PP), Ondanir Bortolini ‘Nininho’ (PSD), Faissal Calil (PV), Allan Kardec (PDT), Max Russi (PSB), Wilson Santos (PSDB), Valmir Moretto (Republicanos) e Thiago Silva (MDB).

AÇÃO NO STF

Universidades tentam anular ‘lei do desconto’

Tarley Carvalho

A Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a Lei Mato-grossense 11.150, que obriga as instituições particulares de ensino a conceder desconto durante o período de pandemia. A ação, do tipo Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), também mira em legislações de outros Estados. O caso está sob a

relatoria da ministra Rosa Weber.

Na peça, a Anup pede a suspensão dos efeitos de todas as decisões judiciais e administrativas, assim como ações ainda em trâmite, que forçaram universidades particulares a concederem desconto. O pedido é que essa suspensão seja mantida até decisão definitiva pelo STF.

“Adicionalmente, e ainda em sede cautelar, que se determine a suspensão dos processos legislativos em curso perante Assembleias Legislativas

e Câmaras Municipais que versem sobre projetos de lei tendentes a aplicar a redução ou modificação na cobrança de parcelas da semestralidade ou anuidade devidas às instituições de ensino na vigência de planos de contingência do novo coronavírus”, pediu também a associação.

Ao ajuizar o caso, a Anup alegou que as leis que obrigam as universidades a aplicarem descontos em suas mensalidades durante o período de pandemia violam preceitos

fundamentais. A associação cita os princípios da isonomia e livre concorrência; e da fundamentação das decisões judiciais.

Também são citados como desrespeitados o processo legislativo; a proteção ao ato jurídico perfeito e à segurança jurídica; à autonomia universitária; e ao princípio da proporcionalidade.

Em Mato Grosso, a Lei 11.150 foi aprovada após a suspensão das aulas presenciais ocasionada pela pandemia de covid-19. Ela não mira apenas as uni-

versidades, mas a todas as instituições de ensino privado.

Por causa do alto risco de contágio, o Ministério da Educação (MEC) editou uma portaria autorizando as instituições a ministrarem aulas por meio digital enquanto durar a pandemia. As universidades reclamam que, embora não esteja havendo aulas presenciais, o corpo docente, técnico e administrativo está sendo mantido.

Além de Mato Grosso, a peça cita leis criadas nos Estados do Ceará,

Maranhão, Pará e Rio de Janeiro. De acordo com o documento, os descontos definidos em lei variam de 5% a 50% e têm diferentes argumentos, como faturamento, número de alunos matriculados, valor da mensalidade, modalidade de ensino.

Desde que a lei foi aprovada, muitos alunos denunciaram o descumprimento dela ao pagar suas mensalidades. Nesta semana, o assunto foi tema de discussão dos deputados estaduais de Mato Grosso.

TANGARÁ

Vereadores querem proibir prefeito de fechar comércio

Tarley Carvalho

A Câmara Municipal de Tangará da Serra (242 km de Cuiabá) aprovou uma proibição do fechamento do comércio para o combate à pandemia de covid-19. A nova legislação foi aprovada na última terça-feira, dia 14 de julho, e determina a manutenção das atividades, impondo apenas medidas de segurança para evitar o contágio do novo coronavírus.

“Serão consideradas abusivas as medidas de restrição que extrapolem os limites previstos nesta lei ou inviabilizem o exer-

cício da atividade, sujeitando-se a controle e sustação do ato pela Câmara Municipal”, diz trecho da lei.

A lei proíbe o fechamento de qualquer atividade econômica. Ela cita, por exemplo, o shopping popular, feiras, bares, academia, atividades culturais, festas e eventos. O documento também reconhece como essencial o funcionamento das igrejas.

A proposta tinha classificação de decreto legislativo e era de autoria do vereador Claudinho Frare (PRB). Contudo, na segunda-feira (13), ele foi retirada

de pauta para receber modificações e assinaturas de outros vereadores.

O texto ainda não foi para sanção do prefeito da cidade, Fábio Junqueira (MDB). Há a possibilidade de ele vetar o projeto. Caso aconteça, o texto volta então para a Câmara Municipal, onde o veto poderá derrubado.

De acordo com o boletim informativo da Secretaria de Estado de Saúde (SES), Tangará da Serra é a quinta cidade com mais casos confirmados de covid-19 em Mato Grosso. São 1.280 casos registrados, com 14 mortes até a noite de quarta (15).

R\$ 1.045

Assembleia aprova auxílio para os guias de turismo

Da assessoria

Por unanimidade, a Assembleia Legislativa aprovou em sessão ordinária na tarde de quarta-feira (15) o projeto de lei de autoria do deputado estadual Wilson Santos (PSDB) que fixa uma renda emergencial no valor de R\$ 1.045,00 aos guias de turismo de Mato Grosso. A aprovação se deu em segunda votação e agora será encaminhado para sanção do governador Mauro Mendes (DEM).

O PL 424/2020 assegura um salário mínimo aos guias de turismo que exercem suas atividades

na condição de autônomos, pessoas jurídicas ou que tenham perdido sua fonte de renda em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19).

Essa renda emergencial será paga enquanto vigorar o decreto de calamidade pública assinado em março pelo governador Mauro Mendes, que reconhece os impactos sociais e econômicos provocados pelo coronavírus em Mato Grosso.

Ainda ficou estipulado no texto da lei que o benefício deverá ser pago independentemente de renda familiar mensal ou renda familiar mensal per capi-

ta, uma vez que o objetivo principal é de repor parte da renda dos guias de turismo que tenham cessado em virtude da total paralisação da atividade turística em Mato Grosso.

“O setor do turismo contribuiu muito para Mato Grosso. E esses profissionais que serão peça chave na retomada das atividades econômicas principalmente em municípios do interior, no cenário pós-pandemia, não podem permanecer desamparados em um momento tão crítico socialmente como o que estamos enfrentando”, declarou o deputado Wilson Santos.

COVID-19

Quem fica com vaga na UTI?

A difícil escolha daqueles que precisam decidir quem irá ocupar um leito da Unidade de Terapia Intensiva e quem irá aguardar na fila

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Gabriel Soares

Com o rápido aumento do número de pacientes infectados pelo novo coronavírus precisando de um leito em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e o esgotamento das vagas disponíveis, os profissionais de saúde pública se veem diante de uma difícil escolha: definir quem será encaminhado a uma UTI e quem ficará na fila mais algum tempo. É uma situação que tem se repetido em todas as regiões onde a pandemia saiu de controle, seja no Brasil ou em países mais desenvolvidos, como a Itália.

O último boletim divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), na noite de terça-feira (14), mostra que há 19 leitos de UTI disponíveis para atender pacientes com casos graves de covid-19. Só que essas vagas não estão de fato disponíveis. É que há uma longa fila de espera e esses leitos já estão 'reservados'.

"No boletim, quando aparecem 19 leitos vagos, não tem paciente lá no momento, mas não significa que não tenha paciente vindo do interior. Quando esse paciente consegue a vaga, quando ele chegar, tem que ter o leito disponível para ele", explicou o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, em entrevista realizada nesta quarta (15).

Então, como se escolhe quem deixará a fila para chegar ao tratamento intensivo? Quem define isso é a Central de Regulação de Urgência e Emergência do SUS, responsável por lidar com a oferta e a demanda dos leitos. Esses profissionais acompanham a situação dos pacientes e os leitos disponíveis em todo o estado. Eles fazem um 'censo' dos leitos disponíveis três vezes ao dia, sempre na virada de turno dos hospitais. O balanço é totalmente dinâmico e rotativo, ou seja, muda o tempo todo, conforme a evolução do quadro de saúde dos pacientes internados e dos que chegam precisando de atendimento.

O processo funciona da seguinte forma: os médicos das unidades locais telefonam para a Central de Regulação, onde são



José Medeiros

Para tomar a decisão, alguns critérios são adotados pelos profissionais de saúde da rede pública

atendidos por outros médicos. Ambos conversam sobre o caso clínico do paciente que aguarda um leito de UTI.

Para tomar a decisão, são adotados alguns critérios: a idade do paciente, se tem comorbidade, a localização geográfica, se é gestante (pois, nesse caso, é preciso que a unidade que vai receber a paciente precisa ter também uma

UTI neonatal), se precisa de UTI aérea, dentre outros. A ordem de chegada não é um dos fatores utilizados para definir quem ficará com a vaga. O mais importante é a gravidade do paciente.

A Central de Regulação atua apenas na distribuição dos leitos de UTI. No caso dos leitos de enfermagem, para pacientes com casos mais leves, o

trabalho é feito pelos núcleos internos de regulação de cada hospital, que conversam entre si.

EXPANSÃO DOS LEITOS - Apesar dos esforços dos gestores, há dificuldade para conseguir expandir o número de leitos de UTI no estado. A prefeitura de Cuiabá, por exemplo, tem 20 unidades prontas para funcionar, mas não consegue

encontrar bombas de infusão, um equipamento necessário para controlar os líquidos que serão injetados no corpo do paciente, como soros e medicamentos. Cada leito de UTI precisa de três bombas. Com a elevada demanda mundial, os equipamentos sumiram do mercado.

(Com informações de assessoria)

POLÍCIA

TRAUMATISMO CRANIANO

Professora é encontrada morta em casa no Alphaville



Ilustração

Andreia estava em isolamento domiciliar e foi encontrada morta com corte profundo na cabeça

Jefferson Oliveira

Andreia Gentil Bonfante, 47, professora no curso de ciência da computação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), foi encontrada morta na noite de quarta-feira (15), em sua casa localizada na Rua Jauru, no condomínio Alphaville II, no bairro Jardim Itália, em Cuiabá.

De acordo com as informações da polícia, a vítima estaria em isolamento domiciliar por apresentar sintomas da Covid-19, mas não há confirmação oficial se Andreia foi infectada ou não pelo vírus. Na noite de sua morte, horas antes a vítima chegou a ligar para um irmão e relatar ter sofrido um acidente doméstico.

O parente de Andreia, que mora no interior, li-

gou para o porteiro do condomínio que encontrou a vítima caída no chão, com um corte profundo na cabeça. A testemunha acionou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) que foi ao local e constatou a morte da professora ainda no imóvel.

A Polícia Militar foi chamada e isolou a área para os trabalhos da Perícia Oficial de Identificação Técnica (Politec) e também da Polícia Civil, que por meio da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), investiga o caso.

Os peritos inicialmente identificaram um possível afundamento do crânio de Andreia, mas o corpo da docente foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) para exame de necropsia e

descobrir a real causa da morte da professora.

CARREIRA - Andreia era graduada em Ciências de Computação pela Universidade Estadual de Londrina, onde se formou no ano de 1994, e, após concluir o mestrado no ano de 1997, recebeu o título de doutora em Ciências da Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo (2003).

Ao longo de sua carreira, a docente participou e coordenou diversos projetos de pesquisas, sendo o mais recente o desenvolvimento de habilidades criativas e pensamento computacional através da programação visual na linguagem Scratch. Andreia atuava como professora e pesquisadora da UFMT.

CADÁVER LOCALIZADO

PJC e Politec se recusam a atender caso de uruguaio

Jefferson Oliveira

O uruguaio José Maria Fernandez Sundberg, 63, foi encontrado morto em uma casa no condomínio Residencial Jardins, no Centro de Várzea Grande na última quarta-feira (15). Seu corpo ficou no local mais de oito horas aguardando ser levado para o Instituto Médico Legal (IML), após a Polícia Civil e Perícia Oficial de Identificação Técnica (Politec), pois ambos se recusaram a ir até o local onde o cadáver foi encontrado.

De acordo com o boletim de ocorrência, a equipe do 4º Batalhão da Polícia Militar foi acionada por volta das 13h30 para atender uma situação de localização de cadáver. Chegando ao local, a testemunha que é vizinha de José, disse que a vítima teria apresentado sintomas da Covid-19 há alguns dias, e após isso, não teria mais saído de casa.

Estranhando a ausência, a testemunha pulou o muro do vizinho e encontrou a porta encostada. Ao entrar no imó-

vel encontrou a vítima caída de bruços e sem a parte de baixo da sua roupa.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foi até o condomínio e emitiu um registro de atendimento constatando a morte do uruguaio. A equipe do Samu ainda relatou que não poderia emitir o atestado de óbito, pois não poderia manusear o corpo da vítima, a fim de preservar a cena da morte.

Diante da situação, os policiais do 4º Batalhão entraram

em contato com o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp) e solicitaram a presença da Politec e da Polícia Civil, no entanto, os dois órgãos deram negativa de deslocamento até o local do fato a fim de dar continuidade com os procedimentos, tanto de inquérito como de retirada do corpo.

Com a negativa dos órgãos competentes, os policiais ligaram para a equipe de Assistência Social de Várzea Grande que ficaria responsável pela retirada

do corpo da residência e demais medidas necessárias.

OUTRO LADO - Procurada pela nossa reportagem, a assessoria da Polícia Civil informou que o não atendimento da Polícia Civil no caso se deu pelo fato de não haver vestígio de morte violenta, sendo verificado pela equipe da Polícia Militar a ocorrência de morte natural. Por não se tratar de situação de crime, a ocorrência foi passada para o Serviço de Verificação de Óbito (SVO).

VALDOMIRO ARRUDA

COLABORADOR: YASSER FARES

HARMONIZAÇÃO OROFACIAL

A Justiça Federal indeferiu uma ação civil pública movida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) que questionava a competência de cirurgiões-dentistas em procedimentos de harmonização orofacial e tentava anular resolução do Conselho Federal de Odontologia (CFO) que regulamenta o tema. Assim, vale lembrar que a Harmonização Orofacial é uma Especialidade da Odontologia reconhecida pela Resolução CFO-198, de 29 de janeiro de 2019.



Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá



Ana Laura com seus convites inusitados. Conheça a loja Para Sempre Convites e Lembranças. Contato: (65)9.8126-0788



Clarissa Cavalcante vem com novidades com sua loja Clarê Kids e Mãe



Aniversariante da semana, Gabrielly Sigarini ao lado avó Yeda Maria



Tania Reame, coordenadora de Promoção Social do Sest Senat Cuiabá, muito festejada por seu aniversário

Combatendo o bom combate

Com mais de quatro meses de batalha frente à pandemia de covid-19, tomando medidas que visam conter o avanço do contágio em Cuiabá, o prefeito Emanuel Pinheiro demonstra que o combate ao vírus é prioridade de sua gestão. Ao lado do deputado federal Emanuel Pinheiro Neto e do presidente da Câmara de Cuiabá, vereador Misael Galvão, o prefeito destaca que essa é também a luta de outros poderes e instituições e que, juntos, todos sairemos da crise sanitária. Dentre os avanços, o prefeito apontou a entrega de novos 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital de Referência à covid-19 (antigo Pronto-Socorro), somando 115 leitos de UTI exclusivos para tratamento de pacientes com covid-19 na rede municipal, além dos leitos de estabilização na rede secundária.

Dia do Amigo

O mês de julho chega com inúmeras oportunidades de expressar o amor por aquelas pessoas que sempre estão ao seu lado ou se fazer presente, mesmo estando distante. O Dia do Amigo, celebrado dia 20 de julho, pode ser esse momento! O Boticário preparou uma promoção com mais de 300 produtos de perfumaria, cuidados pessoais, cabelos e maquiagem com descontos de até 60%. Não deixe de homenagear seu amigo. Afinal, a pausa é no abraço e não no amor.

Teste rápido

O Shopping 3 Américas continua, por tempo indeterminado, com testes rápidos de Covid-19 em seu estacionamento. A ação do mall foi a pioneira aqui em Mato Grosso e tem auxiliado muitos matogrossenses a saberem sobre seu quadro de saúde. Além do exame, o diferencial do 3 Américas é no atendimento e esclarecimento de dúvidas sobre a doença. Os testes estão com valores promocionais de R\$ 240, que podem ser no débito ou no crédito.



Empresário Adriano Guedes tem em seu currículo cursos em Programação Neurolinguística e Coach, sendo Master em ambos. Nesta pandemia tem usado suas ferramentas para auxiliar pessoas, agora somados a Estudos Bíblicos e de Física Quântica



Aniversariante da próxima segunda-feira, 20 de julho, o Colunista Social das Versões Warner Willon



Grana: Já está sabendo da novidade? O Instagram@sorteioscuiaba está sorteando MIL REAIS! E para participar não paga nada. É só seguir as regrinhas! Acesse @sorteioscuiaba e não ficar de fora desta! Vale lembrar que o sorteio é só pra Cuiabá e Várzea Grande, então suas chances são ainda maiores! Corre lá!

#Saúde: Acontece entre 23 e 24 de julho de 2020 o evento Transportando Saúde nas Cidades 2020 - Fase Ônibus, realizado pelo Sest Senat Cuiabá.

#Solidariedade: A empresária Keile Corrêa, da Bamboo Confecção, fazendo bonito nesta pandemia: fez a doação de máscaras para o setor de eventos que, neste momento tão delicado, necessita dessa oportuna ajuda.

#Delícia: Susana Rodrigues, empresária da Doce Encanto Bem Casados, está inovando e trazendo deliciosos bolos e docinhos ao seu portfólio. Entre em contato (65) 9.8127-1202.

#Novas fotos: Nos próximos dias, o cerimonialista Luciano Corrêa preparando uma megaprodução para o book fotográfico da apresentadora Elga Figueiredo.

#Beleza: Entrando na onda do delivery, você já conhece a Linda Life Store? Eles têm um delivery de make-up pra você não deixar de se inspirar, e ser sua melhor versão.

#Liderança: Tanto na advocacia como no setor cultural, o advogado e professor Flávio Ferreira mostra a força de sua liderança. É um dos ícones de Mato Grosso. Pode crer!

Proteção à saúde no Nortão

Nesta pandemia, os comércios que apostam em medidas de sanitização para garantir a segurança de colaboradores e clientes têm ganhado destaque. É o caso da rede de mercados Casa Aurora, no Norte de Mato Grosso. Desde o início deste mês, as lojas em Sinop e Sorriso têm contado com aplicação de Peroxy 4D, que é conhecido por formar uma espécie de película protetora por até 72 horas. Segurança e saúde acima de tudo.